Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Profissional de Apoio Escolar: revisão da literatura sobre identidade e atribuições

Natálie Cristina Bueno

https://orcid.org/0009-0002-8727-1198

talie.bueno@gmail.com

Mary Cristina Olimpio Pinheiro (UFGD)

https://orcid.org/0000-0001-6342-3404

marycristinapinheiro@ufgd.edu.br

***Resumo**: A pesquisa analisa de que modo a indefinição conceitual, formativa e funcional do profissional de apoio impacta a inclusão escolar na escola pública brasileira. Trata-se de uma revisão sistemática de natureza qualitativa, realizada no Portal de Periódicos da CAPES, no recorte temporal entre 2017 e 2024. Como resultado do processo de busca e seleção, foram identificados e analisados nove estudos. Os resultados evidenciam diversidade de nomenclaturas, formações e atribuições associadas ao profissional de apoio escolar, bem como vínculos empregatícios precários, alta rotatividade e acúmulo de funções entre apoio pedagógico, cuidados básicos e outras demandas. Esse cenário revela a ausência de políticas educacionais que abordem de forma clara esse profissional, cuja atuação é relevante para a inclusão escolar. Conclui-se que a falta de regulamentação fragiliza a política de inclusão e reforça a necessidade de diretrizes que assegurem formação, atribuições e condições de trabalho compatíveis com a Educação Especial na perspectiva inclusiva.*

***Palavras-chave**: Inclusão Escolar; Profissional de Apoio; Educação Especial; Políticas Educacionais.*

***Abstract**: This study analyzes how the conceptual, training, and functional indefinition of school support professionals affects school inclusion in Brazilian public schools. It is a qualitative systematic review conducted through the CAPES*

Periodicals Portal, covering publications from 2017 to 2024. As a result of the search and selection process, nine studies were identified and analyzed. The findings reveal a wide diversity of terminology, training backgrounds, and assigned responsibilities related to school support professionals, as well as precarious employment conditions, high turnover, and an accumulation of functions involving pedagogical support, basic care, and other demands. This scenario highlights the absence of clear educational policies regulating this professional role, despite its relevance to inclusive education. It is concluded that the lack of regulation weakens inclusion policies and reinforces the need for guidelines that ensure adequate training, clearly defined responsibilities, and working conditions consistent with Special Education from an inclusive perspective.

Keywords: *inclusive Education; Support Professionals; Special Education; Educational Policy.*

1 INTRODUÇÃO

A consolidação da inclusão escolar no Brasil constitui um dos maiores desafios contemporâneos da política educacional, pois envolve não apenas a garantia do acesso à escola comum, mas também a efetivação do direito à aprendizagem de todos os estudantes, em especial daqueles que integram o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Apesar dos avanços legais e conceituais alcançados nas últimas décadas, a implementação de práticas inclusivas ainda revela lacunas significativas no que se refere à formação, à atuação e à definição das funções dos profissionais que atuam diretamente no processo de inclusão, especialmente o profissional de apoio escolar. Diante desse cenário, surge a necessidade de investigar como a indefinição quanto à nomenclatura, formação, atribuições e práticas desses profissionais interfere na qualidade e na efetividade da inclusão educacional nas redes públicas brasileiras.

A inclusão escolar, no contexto da Educação Especial, é entendida como um movimento ético, político e pedagógico que visa garantir o direito de todos os estudantes à convivência, à participação e à aprendizagem em ambientes educacionais comuns, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades (Vieira *et al*., 2017). Essa concepção ultrapassa a simples presença física de alunos com deficiência nas escolas regulares, demandando transformações estruturais, curriculares e atitudinais.

Como destaca Vieira *et al*., (2017), a escola precisa ser reorganizada para se tornar um espaço-tempo inclusivo, capaz de acolher a diversidade e garantir o direito de aprender na diferença, exigindo a adoção de estratégias pedagógicas flexíveis e a atuação colaborativa de diferentes profissionais.

O Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) é caracterizado, nos marcos legais e normativos brasileiros, como um conjunto heterogêneo de estudantes que apresentam necessidades e potencialidades específicas decorrentes de diferentes condições de desenvolvimento. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (PNEEPEI) tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (atualmente compreendidos no Espectro do Transtorno do Espectro Autista) e Altas Habilidades/Superdotação (Brasil, 2008). Essa diretriz reafirma que a educação especial não se organiza como um sistema paralelo, mas como uma modalidade transversal, que deve responder às especificidades dos sujeitos ao longo de todos os níveis e etapas da educação básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforça essa compreensão ao assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) gratuito aos educandos PAEE, preferencialmente na rede regular de ensino, destacando o princípio da inclusão escolar e da igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996). Essa garantia parte do reconhecimento de que as necessidades educacionais desses estudantes são diversas e demandam práticas pedagógicas ajustadas às suas singularidades, respeitando os diferentes modos de aprender e participar do contexto escolar.

Nesse mesmo sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) adota a concepção biopsicossocial de deficiência, ao compreendê-la como resultado da interação entre impedimentos de longo prazo e barreiras de natureza física, pedagógica, comunicacional, tecnológica e atitudinal, que podem restringir a participação plena e efetiva dos estudantes nos contextos educacionais (BRASIL, 2015). Essa abordagem reforça que reconhecer a diversidade constitutiva do PAEE implica a organização de condições educacionais adequadas, com a disponibilização de recursos de acessibilidade e o suporte de profissionais qualificados, de modo a assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e o sucesso escolar desses estudantes.

Nesse contexto, o profissional de apoio escolar tem se configurado como figura essencial na efetivação da política inclusiva. Conforme apontado por Vieira *et al*., (2017), esse profissional desempenha um papel mediador entre o estudante, o professor e o ambiente escolar, contribuindo para a eliminação de barreiras que afetam os processos de escolarização do PAEE. Sua atuação favorece o desenvolvimento da autonomia e a ampliação das condições de participação dos alunos com deficiência. Isso corrobora o que dispõe a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) ao estabelecer que o poder público deve assegurar recursos e serviços de apoio que promovam a plena participação da pessoa com deficiência em igualdade de condições com as demais.

Entretanto, observa-se que a função do profissional de apoio escolar não é definida de forma unívoca nas legislações e políticas educacionais das diferentes redes de ensino. Em alguns contextos, o profissional de apoio é denominado “auxiliar de apoio” (Barcelos; Marques, 2022), “monitor” (Müller; Freitas, 2020; Ziliotto; Burchert, 2020) ou “professor de apoio” (Picolini; Flores, 2021; Neta; Pereira; Mélo, 2024), assumindo ora funções pedagógicas, ora assistenciais, sem clareza quanto à sua formação mínima e papel na equipe escolar. A falta de um padrão na forma de nomear esse profissional, assim como nas suas funções e nos requisitos necessários para atuar, tem causado diferentes interpretações nos sistemas de ensino e gerado inconsistências na prática.

Essa indefinição revela um problema central para a consolidação da inclusão escolar: a falta de coerência entre o que determinam as políticas públicas e o que se pratica no cotidiano das escolas. Assim, compreender a multiplicidade de concepções e práticas relacionadas à atuação do profissional de apoio escolar é fundamental para o fortalecimento das políticas inclusivas no Brasil. A análise crítica das produções acadêmicas e normativas permite evidenciar tanto os avanços quanto às lacunas existentes na efetivação da inclusão, destacando a importância de uma formação docente sólida e de diretrizes nacionais claras que orientem o trabalho desses profissionais.

Diante dessa problemática, este estudo tem como objetivo geral investigar de que modo a indefinição conceitual, formativa e funcional do profissional de apoio escolar influencia a efetivação da inclusão dos estudantes PAEE na escola pública brasileira.

ISSN 2318-4051

De forma específica, busca-se analisar a diversidade de nomenclaturas, formações, vínculos empregatícios e atribuições do profissional de apoio escolar, bem como compreender os efeitos da indefinição conceitual e da ausência de políticas de formação na atuação desses trabalhadores e na qualidade da inclusão escolar e da mediação pedagógica aos estudantes PAEE.

2 PERCURSO INVESTIGATIVO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de revisão sistemática, cuja finalidade é reunir, analisar e discutir criticamente produções científicas que abordam a atuação do profissional de apoio escolar no contexto da inclusão escolar. Esse tipo de abordagem busca compreender os fenômenos a partir de sua natureza e significados, valorizando o conteúdo das produções analisadas em vez de mensurações numéricas.

Conforme Lakatos e Marconi (2021), a revisão sistemática consiste em um método de pesquisa que se fundamenta na coleta, seleção e análise criteriosa de estudos previamente publicados sobre determinado tema, com o propósito de identificar padrões, lacunas e tendências nas produções existentes. Trata-se, portanto, de um procedimento que permite reunir evidências de forma ordenada e crítica, possibilitando uma visão ampla e fundamentada sobre o objeto investigado.

A pesquisa foi realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a etapa de busca, foram utilizados diferentes descritores a fim de ampliar a recuperação de estudos relacionados ao tema. Inicialmente, empregou-se o termo “professor de apoio and inclusão escolar” combinado a “inclusão escolar”. Em seguida, realizou-se nova busca utilizando “profissionais de apoio” associado ao termo “inclusão escolar”. Por fim, acrescentou-se a expressão “professor de apoio à inclusão”, novamente combinada a “inclusão escolar”. A variação dos descritores teve como objetivo identificar produções que utilizassem nomenclaturas distintas para se referir aos profissionais envolvidos nas práticas de apoio no contexto da inclusão escolar.

Para inclusão e exclusão dos estudos definiram-se critérios específicos para inclusão e exclusão dos estudos. Foram incluídos artigos que abordassem práticas ou perspectivas relacionadas à atuação do professor de apoio educacional no contexto do ensino regular, configurados como pesquisas empíricas com trabalho de campo, desenvolvidas na modalidade de estudo de caso e com uso de entrevistas como instrumento central para a produção dos dados. Essa delimitação metodológica teve como objetivo privilegiar investigações que explorassem de forma aprofundada as experiências, percepções e práticas dos sujeitos envolvidos, permitindo uma análise qualitativa mais consistente sobre a atuação do profissional de apoio escolar.

Por outro lado, foram excluídos os trabalhos que não se enquadravam na delimitação temporal de 2015 a 2025, abrangendo os anos mais recentes, as produções sem acesso aberto, as revisões sistemáticas da literatura e os estudos cujo recorte temático se restringisse à atuação dos profissionais de apoio durante a pandemia de Covid-19. Esses critérios visaram garantir a atualidade, a relevância e a consistência das produções analisadas.

Após a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos encontrados, procedeu-se à seleção dos trabalhos que atendiam aos critérios estabelecidos. Ao todo, foram selecionados nove estudos, que serão apresentados e analisados na próxima seção.

Os resultados obtidos serão detalhados no tópico a seguir, no qual se buscará analisar de forma comparativa as contribuições, os desafios e as lacunas apontadas pelas produções examinadas.

3. O PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

No Quadro 1, apresentam-se os dados referentes ao ano de publicação, título, autores/as e à revista na qual cada estudo foi divulgado.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos de tema profissional de apoio escolar.

Ano	Título	Autores/as	Revistas

ISSN 2318-4051

2017	O papel do apoio educacional frente aos desafios da inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual	**Silva**, M. E.; **Silva**, A. M.; **Venâncio**, L. M. C. T.	Horizontes - Revista de Educação
2018	O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação	**Barbosa**, M. O.	Revista Educação Especial
2019	Discursos dos professores do apoio educacional especializado sobre inclusão de alunos com transtorno do espectro autista	**Souza**, A. S.; **Morales**, P. C. M.; **Almeida**, M. L.; **Silva**, R. M. M.; **Silva Sobrinho**, R. A.; Zilly, A.	Revista Sustinere
2020	Das normativas às práticas cotidianas: educação especial na rede municipal de ensino de Canoas/RS	**Müller**, M. G.; **Freitas**, C. R.	Revista Expressão Católica
2020	O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial	**Ziliotto**, D. M.; **Burchert,** A.	Roteiro
2021	Atuação e prática de professores de apoio e professores regentes	**Picolini**, B. R. A.; **Flores**, M. M. L.	Poíesis Pedagógica
2022	A articulação entre professor regente e o auxiliar de apoio ao educando de educação inclusiva	**Barcelos**, Z. P.; **Marques**, S. M. F.	Revista Prática Docente
2023	Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?	**Lopes**, M. M., **Mendes**, E. G.	Revista Brasileira de Educação
2024	Os desafios da prática pedagógica do professor de apoio na inclusão da criança na educação infantil	**Neta**, O. D. N.; **Pereira**, S. G. S.; **Mélo**, A. A.	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A análise dos nove estudos demonstra forte heterogeneidade nas nomenclaturas, formações e funções atribuídas ao profissional de apoio escolar, como podemos observar no Quadro 2.

Quadro 2: Síntese comparativa das denominações, exigências formativas e funções do profissional de apoio escolar.

Estudo	Nomenclatura do profissional	Formação	Função
Silva, Silva e Venâncio, 2017	Apoio educacional	•Estagiária (cursando Pedagogia, graduada em Logística).	**Apoio pedagógico:** auxiliar na leitura, escrita e compreensão das atividades; realizar adaptações de materiais; acompanhar avaliações; orientar a execução das tarefas. **Mediação e inclusão:** mediar interação entre aluno e professora regente; promover autonomia do discente; contribuir para participação dos demais alunos quando necessário. **Rotina:** organizar a sala; recepcionar os alunos; colaborar com atividades gerais da turma. **Planejamento:** planejar e adaptar atividades em parceria com a professora regente e com a docente da SRM.
Barbosa, 2018	Profissional de apoio escolar	•Nível superior (o estudo não informa em qual graduação).	**Apoio pedagógico:** execução de atividades pedagógicas separadas pela coordenação; acompanhamento das tarefas; auxílio no ensino da leitura, escrita e outras habilidades acadêmicas. **Rotina:** apoio ao estudante durante a rotina escolar e aulas; acompanhamento nas aulas de Educação Física. **Mediação comportamental:** auxílio na regulação comportamental. **Articulação institucional:** apoio à organização das práticas; recebe orientações da coordenação; executa atividades repassadas; adapta rotinas conforme necessidade; participação em processos colaborativos; integra sessões reflexivas e contribui para construção do PEI.

Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação, Dourados, MS, 2000.0 – n° 00, Vol. 00
ISSN 2318-4051

Souza *et al.*, 2019	Profissional de Apoio Educacional Especializado (PAEE)	•Nível médio: Normal Superior Com Mídias Interativas. •Graduação: História, Pedagogia, Supervisão Escolar •Todos com especialização em Educação Especial.	**Apoio pedagógico:** realização de avaliações diferenciadas; adaptação de provas; ajuda na resolução de atividades; apoio em conteúdos que o aluno apresenta dificuldade; uso de explicações mais diretas e apoio individualizado. **Mediação comportamental:** saída da sala quando necessário; estabelecimento de combinados para manter o aluno engajado; auxílio na regulação comportamental durante as aulas. **Articulação institucional:** apoio à organização das práticas docentes; comunicação com demais professores; repasse de informações sobre o aluno; auxílio na adaptação e execução das atividades de acordo com as recomendações do professor regente ou equipe pedagógica.
Müller; Freitas, 2020	Auxiliar de turma (denominação oficial na Resolução Municipal de Canoas 015/2012)	• Estagiário de nível médio (magistério) ou estudante de licenciaturas.	Função conforme a Resolução Municipal: promover a integração dos alunos e auxiliar nas atividades desenvolvidas na turma. Observação: a categoria "auxiliar de turma" abrange três tipos de profissionais de apoio - Estagiário, Técnico em Educação Básica (TEB) e Monitores.
	Estagiário de inclusão	• Estudante do magistério (nível médio) ou de licenciaturas, ou Psicologia.	**Apoio pedagógico:** acompanhamento em sala; mediação do processo de ensino-aprendizagem; auxílio nas tarefas. **Rotina:** apoio no deslocamento e organização do aluno. **Limitações na função**: estagiários **não** realizam tarefas de higiene ou alimentação; quando não estão com alunos, realizam tarefas administrativas.
	Técnico de Educação Básica (TEB)	• Nível médio – magistério (ingresso por concurso público). • Alguns cursando Pedagogia.	**Apoio pedagógico:** apoio pedagógico à participação escolar; atuação junto ao professor para auxiliar a participação do aluno nas atividades. **Cuidados básicos e rotina:** apoio à rotina e cuidados pessoais de higiene, alimentação, locomoção; recepção do aluno; atendimento às necessidades básicas. **Mediação e inclusão:** mediação e apoio para que o estudante participe das atividades pedagógicas e recreativas.

	Monitor (contratado pela família, via decisão judicial)	• Pedagogo com formação em Educação Especial.	**Apoio pedagógico:** apoio individualizado; acompanhamento exclusivo do aluno quando a escola não dispõe de TEB ou estagiário; apoio pedagógico; mediação direta, ajuda na execução das atividades. **Mediação comportamental:** Ajuda no manejo de comportamentos.
Ziliotto; Burchert, 2020	Monitora	• Monitoras: estudantes de graduação (Pedagogia, Letras, Biologia, Psicologia). • Concursada: Pedagogia e Serviço Social; pós-graduação em Educação Inclusiva; monitora e professora regente em turno alternados	**Apoio pedagógico e planejamento:** ajuda nas atividades; adaptação de tarefas; produção de materiais; uso de recursos lúdicos; planejamento prévio e adaptações mais estruturadas (concursada). **Mediação e inclusão:** facilitação da integração e permanência do aluno nas atividades da turma. **Mediação comportamental:** apoio na regulação do comportamento, negociação e redirecionamento. **Articulação institucional:** Comunicação com o professor; repasse de dificuldades e recebimento de orientações pedagógicas.
Picolini; Flores, 2021	Professor de apoio	• Professor licenciado e com especialização na área da Educação Especial	**Apoio pedagógico:** apoio pedagógico individualizado; atendimento separado do aluno; explicação de conteúdos; realização de atividades fora da sala regular; adaptação improvisada conforme a necessidade. **Mediação (restrita):** acompanhamento direto do aluno, mas sem articulação com a turma.
Barcelo; Marque, 2022	Auxiliar de Apoio ao Educando (AAE)	• Exigência do município: ensino médio completo. • Parte do grupo cursava ou tinha graduação (Pedagogia, Biologia, Educação Física).	**Apoio pedagógico:** auxilia na execução das tarefas; adapta algumas atividades conforme orientação do professor; **Rotina:** organização da rotina escolar. **Cuidados básicos:** cuidados com a higiene, alimentação, segurança. **Mediação comportamental:** manejo de comportamentos. **Articulação institucional:** articulação cotidiana com o professor regente; diálogo diário e informal; recebe orientações; sugere ajustes; comunicação com equipe escolar e famílias.

Revista: EaD & Tecnologias Digitais na Educação, Dourados, MS, 2000.0 – n° 00, Vol. 00
ISSN 2318-4051

Lopes; Mendes, 2023	Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE)	• Ensino Médio incompleto ou completo, estudantes universitários (Pedagogia, Psicologia, Fonoaudiologia) e alguns graduados com especialização. • Experiências anteriores majoritariamente fora da educação (comércio, serviços gerais, atendimento ao público). • Contratação majoritariamente por empresas terceirizadas.	**Apoio pedagógico:** auxiliar na realização de atividades; copiar ou escrever pelo aluno (escriba); ajudar em pintura, caligrafia, manuseio de materiais; repetir comandos dados pelo professor; planejar atividades, ensinar conteúdos, criar tarefas. **Cuidados básicos:** higiene, locomoção, alimentação, cuidados de conforto e segurança. **Mediação comportamental:** acalmar; retirar o aluno da sala; circular com o aluno pela escola; lidar com comportamentos agressivos, desafiadores ou de fuga; manter o estudante sentado; controle imediato de crises. **Acompanhamento externo:** supervisão em espaços externos; garantir segurança; seguir o aluno em deslocamentos frequentes. **Atuação pedagógica indevida:** substituir professor quando falta. **Cuidados de saúde (casos específicos):** realização de procedimentos como troca de sondas, manejo em convulsões, mesmo sem formação adequada.
Neta, Pereira e Mélo, 2024	Professor de apoio	• Um dos profissionais entrevistados: formação em Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia. • Outro profissional: cursando Pedagogia.	**Apoio pedagógico:** adaptar atividades; auxiliar na realização de tarefas; personalizar estratégias pedagógicas conforme o perfil da criança; mediar atividades em sala. **Cuidados básicos:** auxiliar em alimentação, higiene e locomoção. **Mediação e inclusão:** promover interação da criança com colegas; atuar como ponte entre aluno e ambiente escolar; favorecer inclusão e convivência. **Mediação comportamental e emocional:** lidar com comportamentos desafiadores; apoiar necessidades emocionais; acompanhar momentos de agitação.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como pode ser percebido no quadro 2, os estudos analisados revelam uma ampla diversidade de denominações utilizadas para se referir ao profissional de apoio escolar, tais como: “apoio educacional” (Silva, Silva e Venâncio, 2017); “profissional de apoio escolar” (Barbosa, 2018); “profissional de apoio educacional especializado - PAEE” (Souza *et al*., 2019); “auxiliar de turma”, “estagiário de inclusão”, “técnico de educação básica - TEB” (Müller; Freitas, 2020); “monitor” (Müller; Freitas, 2020; Ziliotto; Burchert, 2020); “professor de apoio” (Picolini; Flores, 2021; Neta, Pereira e Mélo, 2024); “auxiliar de apoio ao educando - AAE” (Barcelo; Marque, 2022); “profissional de apoio à inclusão escolar - PAIE” (Lopes; Mendes, 2023). Essa multiplicidade de termos não é apenas semântica: ela revela uma profunda falta de consenso sobre as atribuições, o perfil e a identidade profissional desses agentes dentro das redes de ensino.

Em alguns contextos, como no estudo de Souza *et al.,* (2019), o termo professor de apoio educacional especializado (PAEE) é utilizado para designar o profissional de apoio, o que se confunde com a sigla tradicionalmente empregada para o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Essa sobreposição terminológica pode gerar ruídos na comunicação entre profissionais e gestores, dificultando a construção de políticas de formação e de reconhecimento profissional. A ausência de padronização nas nomenclaturas revela uma falta de clareza conceitual que permeia documentos legais, orientações locais, práticas nas escolas e reflete nos dados dos estudos observados. Isso acaba dificultando a compreensão das funções e pode colocar em dúvida a legitimidade dessas dentro da estrutura educacional.

As publicações examinadas revelam que não existe um padrão mínimo de formação exigido para o exercício da função de profissional de apoio escolar, resultando em um quadro que vai desde pessoas com ensino médio incompleto ou completo (Lopes; Mendes, 2023), passando por estagiários do magistério e de diferentes licenciaturas (Silva, Silva e Venâncio, 2017; Müller; Freitas, 2020), até profissionais graduados e com pós-graduação, inclusive com especialização em Educação Especial (Souza *et al.*, 2019; Picolini; Flores, 2021; Neta, Pereira e Meló,2024). Além disso, muitos dos profissionais têm formações fora da área da educação, como Logística, Biologia, Psicologia e Serviço Social, reforçando a heterogeneidade dos perfis que chegam à função (Ziliotto; Burchert, 2020; Lopes; Mendes, 2023).

ISSN 2318-4051

Um aspecto importante de se destacar é que essa diversidade de formações se torna ainda mais complexa porque muitos estagiários não entram na função por terem interesse na inclusão escolar, mas sim para atender à obrigatoriedade do estágio curricular ou para completar horas extras, como mostra o estudo de Ziliotto e Burchert (2020, p. 12). Eles apontam que “as participantes da pesquisa (exceto E5) são estudantes que buscam cumprir a obrigatoriedade do estágio [...] ou as horas complementares”. Ou seja, os universitários “buscam o estágio para cumprirem exigências de sua formação, obterem fonte de renda e se aproximarem do contexto escolar”, sem que houvesse intencionalidade prévia de atuar com o PAEE (Ziliotto; Burchert, 2020, p. 10). Essa condição acarreta rotatividade nas escolas, pois há uma troca constante de profissional, comprometendo a continuidade das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas com os estudantes PAEE (Ziliotto; Burchert, 2020).

A ausência de políticas nacionais que estabeleçam diretrizes claras para a atuação dos profissionais de apoio escolar resulta na adoção de critérios distintos entre municípios e escolas, fazendo com que profissionais com formações diversas exerçam funções semelhantes, muitas vezes sem preparo técnico ou pedagógico adequado. Esse cenário compromete a mediação pedagógica, dificulta o trabalho colaborativo com os professores regentes e aprofunda desigualdades no atendimento aos estudantes PAEE, além de contribuir para a precarização e desvalorização da função.

Essa heterogeneidade formativa também impede a consolidação de uma identidade profissional clara, gerando insegurança institucional, sobreposição de funções e práticas fragmentadas que fragilizam tanto os profissionais quanto os estudantes que dependem de um apoio qualificado. Tal realidade corrobora a análise de Lopes e Mendes (2023), ao evidenciar que a carência de formação inicial e continuada, aliada à rotatividade e à precarização do trabalho, compromete a efetivação da inclusão escolar e revela a desestruturação de um campo ainda carente de reconhecimento profissional e epistemológico.

Os estudos analisados apontam que as atribuições dos profissionais de apoio escolar são amplas e frequentemente mal delimitadas, oscilando entre o apoio pedagógico e diferentes formas de cuidado pessoal (Silva, Silva e Venâncio, 2017; Picolini; Flores, 2021; Müller; Freitas, 2020). Em muitos casos, o profissional é responsável por

atividades de alimentação, higiene, locomoção e segurança de estudantes PAEE. Em outros momentos, exerce papel de mediação pedagógica. Entretanto, além dessas responsabilidades, em algumas ocasiões, assume tarefas que extrapolam sua função, como cuidados de saúde e até assumir o lugar do professor regente na sua ausência (Lopes; Mendes, 2023).

Entre as atribuições que mais se destacam na prática cotidiana, os cuidados básicos tais como alimentação, higiene, locomoção e segurança aparecem de forma recorrente nas pesquisas sobre o profissional de apoio escolar. Em diferentes redes, esses cuidados são desempenhados tanto por Técnicos de Educação Básica (TEB), como descrito por Müller e Freitas (2020), quanto por Auxiliares de Apoio ao Educando (AAE), conforme Barcelos e Marques (2022), indicando que a dimensão assistencial é central independentemente da formação ou do tipo de vínculo.

Em Lopes e Mendes (2023), as autoras evidenciam as implicações subjetivas e éticas das atividades íntimas, destacando o relato de uma PAIE: “Eu tenho um cadeirante que tem 16 anos, eu levo ele no banheiro, eu tiro o pinto [sic] dele, ele já tem cabelo, ele já é um homem”, acrescentando que “essa situação causava constrangimento tanto para o estudante quanto para a PAIE” e que, em algumas situações, “os estudantes deixavam de ir ao banheiro para não passar por esse tipo de constrangimento” (Lopes; Mendes, 2023, p. 12). Esse conjunto de relatos evidencia que tais funções não se restringem ao cuidado operacional, mas envolvem exposição, vulnerabilidade e riscos de violação da intimidade, afetando diretamente a experiência escolar dos estudantes e a segurança profissional dos PAIE.

A literatura também demonstra que a origem histórica da função está diretamente ligada às demandas de cuidado básico dos estudantes PAEE. Conforme registrado no estudo de Mendes e Lopes (2021):

> “[...] o histórico de surgimento desse profissional no Brasil se deu pela demanda de suporte de uma parcela de estudantes PAEE em relação às necessidades de higiene, deslocamento e alimentação, obrigando a contratação de um novo profissional nas escolas para exercer esse papel” (Souza *et al*., 2012 apud Mendes; Lopes, 2021, p. 3).

Embora essas medidas assegurem que os alunos tenham acesso e consigam permanecer na escola, elas criam uma situação confusa para os profissionais, onde as

ISSN 2318-4051

atividades de apoio muitas vezes entram em conflito ou se sobrepõem às funções pedagógicas.

Em alguns contextos, como no estudo de Lopes e Mendes (2023), o cuidado assume centralidade tão grande que os profissionais passam a lidar com responsabilidades íntimas e emocionalmente desgastantes sem formação específica ou supervisão adequada, evidenciando vulnerabilidades e fragilidades institucionais. Assim, os cuidados básicos emergem como um dos principais indicadores da falta de diretrizes claras sobre os limites e possibilidades da atuação do profissional de apoio escolar.

No caso específico de cuidados de saúde, o estudo de Lopes e Mendes (2023) também revela situações bastante delicadas, nas quais profissionais de apoio escolar são incumbidos de realizar procedimentos que exigem formação técnica, como manejo em crises convulsivas e a troca de sondas. As autoras relatam que uma PAIE, responsável por passar sonda diariamente em um estudante, afirmou ter medo de "perfura[r] o rim da criança", enfatizando a ausência de preparo e o risco envolvido no procedimento, que era realizado "no banheiro, em maca improvisada, em uma mesa com um colchão" (Lopes; Mendes, 2023, p. 18).

O estudo evidencia que ações dessa natureza não apenas extrapolam a função definida em lei, mas colocam em risco tanto o estudante quanto o profissional, revelando a precariedade das condições de trabalho e a ausência de diretrizes que delimitem responsabilidades e garantam suporte especializado. Esses achados reforçam a necessidade urgente de regulamentação clara para impedir que profissionais sem formação técnica assumam procedimentos de cuidado clínico em contexto escolar.

A ampliação indevida das atribuições do profissional de apoio não se restringe aos cuidados de saúde. Como mostram Lopes e Mendes (2023), a falta de definição clara do papel do PAIE abre espaço para outras formas de desvio de função, entre elas a substituição do professor regente em situações de ausência.

> Outra situação preocupante relatada pelos PAIE está relacionada à função "tapa buraco" de professores, ou seja, na ausência dos professores, eles são obrigados a assumir a sala de aula. Novamente, percebe-se que, por estarem na escola, presume-se que podem assumir funções que não são da competência deles. Nesses casos de desvio de função, pode-se ressaltar três consequências. A primeira, o aluno que necessitava de suporte ficava sem; a segunda, o remanejamento indevido, pois é obrigatório ter professores para substituição

> quando necessário; e a terceira, os PAIE que, em alguns casos, nem ensino médio tinham concluído, acabavam se responsabilizando pelo ensino improvisado de uma turma durante um turno ou mais (Lopes; Mendes, 2023, p. 18).

Essa situação, ainda que não seja recorrente em todas as redes, revela como a indefinição das atribuições abre espaço para que o profissional de apoio seja utilizado para suprir lacunas estruturais da escola, assumindo tarefas que extrapolam completamente sua função. Quando o PAIE é deslocado para substituir o professor regente, como relatado por Lopes e Mendes (2023), o estudante que depende de apoio fica desassistido, e o próprio profissional é colocado em posição de vulnerabilidade, executando atividades para as quais muitas vezes não possui formação adequada. Esse cenário evidencia que a falta de clareza institucional não se limita às questões pedagógicas ou de cuidado, mas produz uma expansão desordenada das responsabilidades, tornando visível o quanto essas fronteiras funcionais são frágeis e facilmente ultrapassadas.

Essas situações evidenciam uma sobreposição indevida de papéis e a falta de delimitação ética entre a função educacional e a função de assistência pessoal. Quando tarefas próprias do cuidado são incorporadas sem formação específica ou respaldo institucional, o trabalho do profissional passa a ser marcado pela precarização e pela violação de direitos, expondo tanto os estudantes quanto os próprios PAIE a situações de vulnerabilidade emocional e moral. Os dilemas éticos que emergem desse cenário decorrem diretamente da indefinição das atribuições e da ausência de regulamentação clara do papel do apoio escolar, gerando uma tensão permanente entre o caráter pedagógico e o caráter assistencial da função. Diante disso, surge a dúvida: até que ponto é viável exigir que um mesmo profissional atue simultaneamente como cuidador físico e como agente pedagógico sem comprometer a qualidade e a segurança do processo educativo?

Outro ponto que aparece na literatura revisada é a precarização das condições de trabalho dos profissionais de apoio, especialmente decorrentes dos vínculos empregatícios frágeis, como terceirização e contratação de estagiários. Lopes e Mendes (2023) identificam contratações por empresas terceirizadas, emprego temporário, alta rotatividade, baixos salários e sobrecarga de trabalho, elementos que, segundo as autoras, comprometem a continuidade das ações inclusivas.

ISSN 2318-4051

Xavier (2019) aponta a desvalorização da profissão e a criação de hierarquias entre as funções, aspectos que podem gerar insatisfação e desmotivação entre os trabalhadores.

> Existência de uma desvalorização profissional da área educacional, revelando a forma como os sistemas de ensino compreendem a importância de cada função no contexto escolar, criando hierarquias entre as funções, gerando sentimento de indignação e desmotivação. (Xavier, 2019, p. 127).

Vicente e Bezerra (2017) descrevem que tais profissionais muitas vezes atuam sem formação ou suporte institucional, resultando em "precariedade de suas condições de trabalho" (p. 49) e ausência de formações oferecidas pelo município ou pela escola. Ziliotto; Burchert (2020) reforçam esse cenário ao relatar que a condição de estágio "acarreta rotatividade nas escolas" (p.12), dada a troca constante de monitores e a ausência de preparo inicial, como indicado pelos relatos de profissionais que iniciam a função "despreparados".

A alta rotatividade e a baixa valorização salarial indicam que o profissional de apoio escolar ainda ocupa uma posição secundária nas políticas públicas de educação inclusiva. A predominância de vínculos precários, como a terceirização e a contratação de estagiários, resulta em contratos temporários e instabilidade institucional, dificultando sua inserção como integrante da equipe pedagógica (Lopes; Mendes, 2023). A constante substituição desses profissionais compromete a continuidade das ações educativas, dificulta a construção de vínculos pedagógicos com os estudantes PAEE e favorece práticas improvisadas, pouco articuladas ao currículo (Ziliotto; Burchert, 2020). Além disso, a desvalorização profissional e a hierarquização das funções no interior da escola produzem desmotivação e desengajamento, reforçando a percepção de que o trabalho do apoio é acessório ou substituível (Xavier, 2019). Esse conjunto de fatores fragiliza o trabalho colaborativo e compromete a consolidação de práticas inclusivas consistentes e sustentáveis (Vicente; Bezerra, 2017).

A análise dos estudos evidencia um cenário marcado por contradições, lacunas e ambiguidades no processo de consolidação do papel do profissional de apoio escolar nas

políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva. A indefinição quanto à nomenclatura, às funções e à formação desses profissionais reflete a ausência de diretrizes nacionais consistentes, o que impacta diretamente a efetividade da inclusão educacional e a valorização desses trabalhadores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das análises desenvolvidas ao longo deste estudo, verifica-se que os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que a investigação permitiu compreender de que modo a indefinição conceitual, formativa e funcional do profissional de apoio escolar influencia a efetivação da inclusão dos estudantes PAEE na escola pública brasileira. De forma específica, foi possível analisar a diversidade de nomenclaturas atribuídas a esse profissional, examinar os diferentes perfis de formação e vínculos empregatícios, identificar a multiplicidade de atribuições assumidas nos contextos escolares e compreender os efeitos dessas indefinições na qualidade da inclusão escolar e da mediação pedagógica.

Os estudos analisados documentam uma ampla diversidade de nomenclaturas, formações e arranjos de funções para o profissional de apoio escolar. Essa diversidade traduz-se em práticas escolares heterogêneas: em alguns contextos, a atuação assume caráter pedagógico e colaborativo; em outros, predominam cuidados básicos e funções de vigilância, situações que, quando não articuladas a um projeto pedagógico consistente, podem comprometer a efetividade da inclusão escolar.

Em termos de impacto, a indefinição identificada favorece interpretações locais e decisões administrativas desiguais que, na ausência de padronização e de políticas formativas estruturadas, tendem a ampliar as desigualdades no atendimento aos estudantes PAEE entre escolas e municípios. Essa realidade evidencia que o acesso ao apoio escolar não se dá de maneira equânime, dependendo das condições institucionais, dos recursos disponíveis e das concepções adotadas por cada rede de ensino.

Em síntese, a análise dos estudos evidencia que a indefinição de nomenclatura, a ausência de diretrizes formativas e a precarização das condições de trabalho configuram um cenário de desvalorização e instabilidade da função do profissional de apoio escolar. Esses fatores dificultam a consolidação de uma identidade profissional clara, fragilizam o

ISSN 2318-4051

trabalho colaborativo nas escolas e comprometem a continuidade das ações pedagógicas voltadas à inclusão.

Os dados empíricos também indicam que a função do profissional de apoio ainda é frequentemente compreendida como uma solução provisória para suprir lacunas estruturais da escola pública, seja pela insuficiência de recursos humanos, seja pela falta de condições adequadas para atender à diversidade presente nas salas de aula. Essa lógica contribui para a sobrecarga de funções, para o desvio de atribuições e para a naturalização de práticas assistencialistas, enfraquecendo o próprio projeto de inclusão escolar.

Dessa forma, o conjunto dos estudos reforça a necessidade de uma política nacional que defina, de forma clara e articulada, as atribuições, os requisitos formativos e o vínculo institucional do profissional de apoio escolar. A regulamentação e a valorização dessa função constituem condições fundamentais para superar práticas fragmentadas e assistencialistas, possibilitando que o apoio escolar se efetive como uma ação pedagógica colaborativa, integrada ao trabalho docente e coerente com os princípios da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marily Oliveira. O Transtorno do Espectro Autista em Tempos de Inclusão Escolar: o foco nos profissionais de educação. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 299, 6 jun. 2018. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24248. Acesso em: 09 out. 2025.

BARCELOS, Zenaide Pereira; MARQUES, Stela Maria Fernandes. A articulação entre professor regente e o auxiliar de apoio ao educando de educação inclusiva. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 2, p. 1-21, 1 maio 2022. Disponível em: https://www.periodicos.ufmt.br/ojs/index.php/rpd/article/view/1461. Acesso em: 09 de out. 2025

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008

BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional**? Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. 1-24, 2023. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782023280081. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yqP8xC4sNCMRTRRqJXPBw8w/?format=html&lang=pt. Acesso em: 09 out. 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves; LOPES, Mariana Moraes. **Profissionais de apoio à inclusão escolar:** motivos para demandas e atribuições. Olhar de Professor, v. 24, p. 1-18, 3 dez. 2021. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). http://dx.doi.org/10.5212/olharprofr.v.24.19649.087. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/19649. Acesso em: 09 out. 2025.

MÜLLER, Miriam Garcia; FREITAS, Cláudia Rodrigues de. Das Normativas às Práticas Cotidianas: educação especial na rede municipal de ensino de Canoas-RS. **Revista Expressão Católica**, v. 9, n. 2, p. 55, 23 out. 2020. Expressão Católica. Disponível em: http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/view/37. Acesso em: 09 out. 2025.

NETA, Olívia Dionisia Nascimento; PEREIRA, Sabrina Gabriela dos Santos; MÉLO, Amanda Amorim de. Os desafios da prática pedagógica do professor de apoio na inclusão da criança na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE**, São Paulo, v. 10, n. 12, p. 2153-2170, dez. 2024. Disponível em: https://www.periodicorease.com.br/rease/article/view/17424/7618. Acesso em: 09 de out. 2025.

PICOLINI, Beatriz Ribeiro Aleluia; FLORES, Maria Marta Lopes. Atuação e prática de professores de apoio e professores regentes. **Poíesis Pedagógica**, Catalão, v. 19, n. Edição contínua, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/63715. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, Maiara Efigênio da; SILVA, Aline Maira da; VENÂNCIO, Letícia Maria Capelari Tobias. O papel do apoio educacional frente aos desafios da inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual. **Horizontes - Revista de Educação**, v. 5, n. 10, p. 36-52, 31 dez. 2017. Universidade Federal de Grande Dourados. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/8151. Acesso em: 09 out. 2025.

SOUZA, Amos Silva de; MORALES, Paulo Cesar Mayer; ALMEIDA, Maria de Lourdes; SILVA, Rosane Meire Munhak da; SILVA SOBRINHO, Reinaldo Antonio; ZILLY, Adriana. Discurso dos professores do apoio educacional especializado sobre inclusão de alunos com transtorno do espectro autista. **Revista Sustinere**, v. 7, n. 1, p. 73-95, 25 jul. 2019. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/37683. Acesso em: 09 out. 2025.

VICENTE, Bruna Ticiane; BEZERRA, Giovani Ferreira. Estagiários e professores regentes como agentes do processo de inclusão escolar: problematizando suas (inter) ações. **Revista Linhas**, v. 18, n. 38, p. 214-244, 2017. Disponível em:

https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017214. Acesso em: 15 dez 2025.

VIEIRA, Alexandro Braga; VICTOR, Sonia Lopes; OLIVEIRA, Ivone Martins de (Org.). **Educação especial inclusiva:** conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017. 304 p. Disponível em: ISBN 978-85-5635-049-7.

XAVIER, Sheyla Alves. **Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio à alunos com deficiência da rede municipal de ensino do Recife**. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Recife, Pernambuco, 2019.

ZILIOTTO, Denise Macedo; Burchert, Amanda. O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial. **Roteiro**, v. 45, p. 1-24, 22 jun. 2020. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Disponível em: https://portalperiodcos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21096. Acesso em: 09 out. 2025.